

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
(AUDIÊNCIA PÚBLICA ORDINÁRIA)

Em 11 de junho de 2019 (terça-feira)
às 14 horas

Horário

(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:18

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater o uso de cães *beagle* como cobaias em testes.

O requerimento para a realização deste evento é do Deputado Fred Costa. Já aviso que o proponente irá presidir esta reunião.

O evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e pode ser gravado para entrar na programação da *TV Câmara*.

Vamos dar a palavra a cada um dos convidados por 15 minutos. À esquerda do plenário há um cronômetro. Peço que todos sejam o mais objetivos possível. Que a objetividade esteja ao nosso lado. Quando se passam os 15 minutos, automaticamente toca um alarme, mas os senhores podem concluir sua fala.

O debate é interativo, então pode ser que recebamos perguntas pela Internet.

Chamo os expositores para comporem a Mesa. A primeira é a Dra. Luciana Bertini Leitão, Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Ela é a representante do Ministério Público Federal. Em seguida, chamo o Dr. Luiz Cesar Cavalcanti Pereira da Silva, Médico Veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária; nossa querida Alexia Dechamps, Atriz e Ativista da causa animal; Dra. Flávia Quadros Campos Ferreira, Médica Veterinária do Estado de Minas Gerais; e Carolina Mourão, Jornalista e Ativista da causa animal, sempre presente na Câmara dos Deputados, ajudando nos debates. Ela é membro da Confederação Brasileira de Proteção Animal. (*Palmas.*)

Quero dizer aos expositores que a Câmara dos Deputados agradece, e muito, a presença de todos aqui.

Registro a presença do Deputado Nilto Tatto, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista e defensor da causa.

A Comissão de Meio Ambiente tem hoje mais de uma dezena de projetos importantes para a causa animal. Alguns deles estão na pauta desta semana. É importante que possamos avançar em relação a esses textos.

Houve a instalação de uma Comissão Especial para debater — isso aconteceu no dia de hoje — a regulamentação, aprimoramento ou aumento das penas no que diz respeito ao art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que é a Lei dos Crimes Ambientais.

Chamo o Deputado Fred Costa para conduzir os debates. Ele foi escolhido hoje como Presidente desta Comissão.

Quero agradecer aos alunos da Escola St. Paul's, de São Paulo, que estão aqui hoje nos visitando e acompanhando a discussão.

Agora, ao mesmo tempo, começaremos os trabalhos sobre o licenciamento ambiental. Então, um grupo de trabalho está sendo instalado, e por isso eu e o Deputado Nilto estaremos trabalhando aqui ao lado. ao lado.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:22

Por isso passamos a coordenação dos trabalhos ao Deputado Fred Costa, que tenho certeza que vai conduzi-los da melhor forma possível. Ele é militante da área.



O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Permitam-me não nominar mais uma vez os membros da Mesa condutora dos trabalhos, mas sintam-se todos saudados e recebam também nossos agradecimentos pela presença.

Cumprimento a Deputada Kitty, do Estado de Sergipe; a Vereadora e médica veterinária Carla Sassi. Na pessoa das duas, cumprimento todos os ativistas aqui presentes. Na pessoa do Deputado Federal Nilto Tatto, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, cumprimento todos os Deputados.

De forma muito fraterna, cumprimento essas crianças, os estudantes, aqui presentes, o futuro do nosso País.

Quero externar de antemão a minha total indignação e insatisfação pelo desrespeito demonstrado pela ANVISA. A agência reguladora é bancada pelo dinheiro proveniente dos impostos de todos nós, contribuintes. Não é favor estarem aqui presentes, mas é dever e obrigação. Não é possível que, com um universo tão amplo de funcionários, eles não tenham um único douto com competência para vir aqui, à Câmara dos Deputados, atendendo a um convite oficial para participar de uma audiência pública que foi provocada por denúncias que envolvem a agência reguladora.

Eu gostaria até de solicitar à Assessoria da Casa que colocasse aqui a placa da ANVISA, para demonstrar que são irresponsáveis quando não dão resposta ao Legislativo. Lembro que todos nós estamos Deputados e que o poder é efêmero, mas a razão de existir o Legislativo é o mandato representativo político. Portanto, eles devem satisfação não é ao Deputado A, B, C ou E, é à própria sociedade, aqueles que bancam a agência reguladora.

Qual foi a gênese das agências reguladoras, quando foram criadas ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso? As agências reguladoras têm por papel fiscalizar, acompanhar. E onde estão eles, que não vieram aqui E cadê eles, que não vieram aqui participar de uma discussão e de um debate tão relevante e importante?

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:26



Quero aqui, no meu preâmbulo inclusive, explicar o motivo desta audiência pública. Nós, ativistas, defensores, protetores dos animais, temos por hábito o trabalho nas redes sociais, a interlocução entre nós. Há aproximadamente 3 meses, a atriz Alexia Dechamps postou no Instagram que os cães Beagle estariam — ou poderiam estar — sendo utilizados em testes na indústria de agrotóxicos nos Estados Unidos por imposição da agência reguladora do Brasil. É uma reportagem; assinada, portanto, por um profissional da área. Eu não estou aqui afirmando ser ou não verdade, mas é dever e obrigação da ANVISA vir aqui prestar explicações com relação ao uso ou não nesse caso específico, para a indústria de agrotóxicos nos Estados Unidos, mas também sobre qual tem sido a sua conduta e o seu trabalho a fim de evitar e não permitir o uso de animais na indústria dos experimentos.

Lembro que, quando ainda era Deputado Estadual em Minas Gerais, fui autor — e consegui aprovar o projeto — da proibição da utilização dos animais em testes na indústria de cosméticos. Naquela oportunidade, pude perceber o quanto a força e o lobby dessa indústria trabalhava em contrário, mas, ainda assim, conseguimos a aprovação. Imaginem então com relação aos agrotóxicos. Aqui faço um parêntese: lamentavelmente, neste momento o nosso País adquire um protagonismo — negativo na minha opinião — sobre a liberação indiscriminada e o estímulo ao uso de agrotóxicos. É dever e responsabilidade desta Comissão de Meio Ambiente zelar pelo meio ambiente e também pela defesa e proteção dos animais.

Hoje, para nós, é um dia extremamente simbólico, que denominei um dia animal na Câmara Federal. Já participamos do primeiro encontro, que foi a formação oficial e a eleição dos condutores que vão dirigir os trabalhos para apreciação do projeto de minha autoria que cria a reclusão para maus-tratos, cadeia para bandido que comete crime de violência contra os animais. Tivemos o nosso café, que acabou se tornando um café almoço. Agora temos esta audiência pública e

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:30



Reunião com o Presidente Rodrigo Maia a fim de levar o nosso apelo contra a tramitação dos quatro projetos que visam regulamentar a caça no nosso País. Na oportunidade, estaremos entregando um abaixo-assinado com mais de 800 mil assinaturas, demonstrando, de forma inequívoca, que a população brasileira é contra a regulamentação da caça, corroborando com o meritório trabalho da renomada instituição WWF, que, no Dia da Biodiversidade, apresentou uma pesquisa, realizada pelo Instituto Ibope, que indica que 93% dos brasileiros são contra a caça. Na mesma oportunidade, estaremos também agradecendo ao Presidente Rodrigo Maia pro todo o apoio que tem dado a todas as nossas ações em defesa e proteção dos animais e solicitando que possa continuar contribuindo para a celeridade da tramitação da ampla pauta de defesa e proteção animal, em especial o nosso projeto, que é uma quebra de paradigma entre a impunidade e, finalmente, remetendo à reclusão para maus-tratos.

Quero aqui solicitar a todos os presentes que possamos estabelecer um limite e possamos finalizar a nossa audiência pública até às 16 horas. Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, lamentando, repudiando a negligência, a falta de respeito da agência reguladora, da ANVISA, chego aqui até afirmar: prepotência e arrogância na medida em que eu chego a esta Comissão e eles afirmam que não estão presentes, porque tentaram uma agenda comigo e eu não pude recebê-los. Ora, que presunção. É minha obrigação receber a ANVISA no dia e horário que eles quiserem? Eu tenho, sim, que conciliar, que escutar e receber todos, mas, da parte deles, é dever e obrigação estar aqui presente, apresentando os esclarecimentos, porque quem foi não só atacado, mas quem foi vítima de uma afirmação de que estariam utilizando ou incitando, melhor dizendo, o uso de cães beagles para experimentos e, posterior a isso, ainda sacrificando os mesmos, é a ANVISA.

Então, eles deveriam, sim, estar aqui.

Quero dar início aos nossos trabalhos, ouvindo os expositores, inicialmente a Dra. Luciana Bertini Leitão. E, aí, já podemos perceber a diferença daqueles que têm compromisso com a causa pública para aqueles que não têm compromisso. A Dra. Luciana ainda externava para mim quando fui apresentado, cumprimentando-me. Ela está em férias, mas fez questão de, mesmo estando em férias, estar aqui, enquanto outros, refiro-me diretamente, quero que fique registrado, à ANVISA ou certamente a centenas, talvez até a milhares de funcionários...

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:34

  Refiro-me, diretamente, quero que fique registrado, à ANVISA ou a certamente centenas, talvez até a milhares de funcionários, não pôde enviar um funcionário sequer. Aqui, já quero fazer, e peço à assessoria manuscrever, uma convocação, exigência minha, da ANVISA. Vamos promover uma nova audiência pública, mas agora, não mais com um convite, mas com convocação a fim de que prestem os devidos esclarecimentos à sociedade.

Tem a palavra Dra. Luciana Bertini Leitão, promotora titular de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, representante, neste ato, do Ministério Público Federal.

A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO - Boa tarde a todos.

Ao cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Fred Costa, não poderia deixar de parabenizar a iniciativa, justamente pela relevância da causa. Não é a primeira vez que eu estou aqui nesta Casa; na primeira vez, participei de uma audiência pública sobre tração animal. Para a Promotoria do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal, por isso aqui está Ministério Público Federal, na verdade, eu sou promotora de Justiça do MPDFT, só para esclarecer, nós integramos o MPU, é muito importante nós estamos aqui justamente para poder dialogar com a sociedade, com os estudantes, com os Parlamentares, com os médicos veterinários e todos aqueles que se interessam por esse tema.

Eu não trouxe Power Point, mas fiz uma seleção de tópicos que eu julguei importantes serem abordados no dia de hoje.

Primeiro, eu gostaria de destacar que a temática defesa animal, ela, para mim, todos os dias, é um desafio, por quê ? Porque, na hora em que você vai passar um batom, vai passar um creme hidratante, nós temos que saber o que estamos passando e é muito difícil para todas as mulheres e mesmo para os homens. Infelizmente, nós não sabemos, muitas vezes, o que contém naquele produto. Acho que seria um bom começo para a legislação brasileira explicitar o que exatamente nós estamos usando.

A questão ambiental é uma questão muito sensível. Eu estou à frente da Promotoria do Meio Ambiente, desde julho de 2012, apesar de, desde a faculdade, ter-me interessado nesse tema. Sendo de São Paulo Capital, paulistana, à época, eu fiz um trabalho de iniciação científica sobre a poluição do rio Tietê. É um tema, por que eu tenho um carinho enorme e gosto há muito tempo, mas, na hora em que você vai aplicar a legislação, é outra história. É muito difícil. É uma área realmente, para o aplicador do Direito, muito sensível e nós sermos coerentes com a atuação não é nada fácil.

O que, para mim, é muito importante como reflexão é a questão ética. Como nós podemos manejar justamente... A questão ética. Como nós podemos manejar justamente essa questão de testes em animais de forma ética?

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:38

  Felizmente, no Brasil, existem muitos estudos sobre esse tema. Se nós pararmos para fazer uma pesquisa, nós vamos perceber que há várias publicações em português sobre esse tema. Nós podemos dividir a reflexão no seguinte aspecto: cobaias ou voluntários. Cobaias, no sentido de que seriam os animais e voluntários os não animais, os humanos. Só que nós sabemos que, mesmo os voluntários, muitas vezes, por estarem em situação de vulnerabilidade, também são utilizados indevidamente, de forma antiética. Isso também é uma preocupação.

Voltemos ao tema que foi destacado aqui na audiência pública, que foi escolhido pelo Deputado Fred Costa: *O uso de cães Beagle como cobaias em testes a pedido da ANVISA — Agência Nacional de Vigilância Sanitária.*

Esse tema já teve, em outras ocasiões, uma repercussão muito grande no Brasil — nós sabemos disso. Infelizmente, a legislação não foi suficiente para definir o que poderia ser feito e o que não deveria ser feito. No meu sentir, nós podemos, sim, avançar nessa temática. Eu entendo, pessoalmente, que isso não deve ser tratado de forma particular para os cães, mas de forma geral, porque, se não, a legislação ficará esparsa e enorme. Isso dificulta e confunde muito o aplicador do direito, desde o Delegado, o Defensor, o Promotor de Justiça, o Juiz de Direito, até aquele que está lá na Comarca. Isso, na verdade, atrapalha, em vez de ajudar.

Eu separei alguns exemplos que eu achei bem interessantes. Por exemplo, a Aspirina. Este remédio para gatos, ratos, camundongos, porcos da Índia, cães e macacos têm um efeito e, para mulheres grávidas, outro. Se nós formos envolver uma linha de raciocínio, essa mesma droga, como prega a Organização Mundial da Saúde — OMS, antes de ir para o mercado, tem que ser testada, várias vezes, e sempre passar pelo protocolo, pelo teste nos animais, para, depois, ser testada nos humanos e autorizada. Mas está provado cientificamente que essa mesma droga tem efeitos diversos nos animais. Trata-se de efeitos distintos: um para uma determinada espécie animal e outro para o ser humano. Eu acho que esse é um aspecto muito importante para nós refletirmos. A legislação não pode omitir ou esquecer essa amplitude, essa complexidade. Por isso, o trabalho do legislador é muito sério.

Se nós formos fazer um levantamento da legislação, veremos que, desde 1924, o Brasil aborda essa temática. Isso não é de hoje

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:42



Se fizermos um levantamento da legislação, veremos que desde 1924 o Brasil aborda essa temática. Isso não é de hoje. Já se proibiam corridas de touro, rinhas de galo e de canários em 1924, por meio de decreto. Dez anos depois, avançou-se em termos de medidas de proteção dos animais. Em 1941, um decreto-lei proibia a realização de experimentos com animais. Olhem que interessante: esse decreto-lei é de 1941, há quanto tempo, não é? Mas a temática não foi suficientemente abordada justamente porque não houve essa regulamentação. A matéria é muito complexa, e nós não podemos ser simplistas, porque ela realmente é muito complexa.

Em 1979, normas determinavam, em relação à prática didático-científica de vivissecção de animais, que apenas os estabelecimentos de nível superior — faculdades e universidades — podiam realizar atividades didáticas e pesquisas com animais. Isso não é uma forma abrangente de tratar a matéria, porque percebemos que o animal, da mesma forma, estaria sendo utilizado como cobaia. Será que, com esse animal sendo utilizado como cobaia, a sociedade como um todo estaria sendo protegida? Existem estudos que dizem que aquela droga que foi testada em animal, quando o humano vai utilizá-la, não tem o mesmo efeito. Então, não adianta essa legislação. Historicamente já ficou comprovado que ela não é efetiva.

A Constituição de 1988, sem dúvida nenhuma, foi um marco. Depois de 1988, a legislação que foi recepcionada pela Constituição trouxe, sem dúvida nenhuma, um novo contexto, um novo paradigma, como a Lei dos Crimes Ambientais, independentemente da questão da pena, que, sem dúvida nenhuma, é uma questão muito séria. A Constituição de 1988 representa um marco, mas também não esgotam a matéria as leis criadas depois. Nós sabemos disso.

Os próprios Conselhos Federais e a lei que criou... É muito interessante essa sistemática do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal — CONCEA, que é o órgão competente para formular normas relativas à utilização de animais e credenciar instituições para a criação ou utilização de animais. Ele tem poder regulamentador. Esse conselho demonstrou que a lei não foi suficiente para tratar da forma devida esta matéria tão delicada.

O que se percebe é que existem metodologias menos invasivas, como a metodologia *in vitro*. Aqui nós poderíamos citar diversas, pelo menos 15. A *human-on-a-chip* é uma metodologia que está sendo muito elogiada. Ela é uma mistura de diferentes tipos de células humanas de vários órgãos num aparato que lembram uma fita cassete uma fita cassete. Você simula o mecanismo de funcionamento do ser vivo para testar aquela droga, em vez de usar inúmeros animais — camundongos, cães, gatos, coelhos — para chegar a um resultado científico.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:46



Sem dúvida nenhuma a ciência tem que avançar, a ciência farmacológica, a ciência médica, a ciência médico-veterinária. De forma alguma estamos dizendo que a ciência não precisa avançar. Mas a metodologia eleita é que deve ser alterada, no meu sentir. É por isso que as medidas alternativas ao que hoje é utilizado... O que se diz muito é que isso é inviável, que os custos são altíssimos. Não, os custos não são altíssimos. Isso é uma falácia.

Eu concluo a minha explanação, porque o tema é muito interessante, e eu não posso monopolizar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Perdoe-me. A senhora, pela sua experiência, sabe nos dizer se os métodos alternativos são eficazes ou não?

A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO - Não é de hoje que esses métodos estão sendo testados. O Reino Unido iniciou o protocolo dos três Rs, do qual os senhores já devem ter ouvido falar. Hoje se fala em 15 princípios. Veja quanto já se avançou. Eles são princípios para se fazer a devida intervenção nos animais.

Nós poderíamos enumerar outros métodos, como cultivar sistemas biológicos *in vitro*, que seria a cultura de células, tecidos e órgãos passíveis de utilização de diversas técnicas, como um exame de laboratório, simulando os efeitos. Você pode usar a técnica da cromatografia, que identifica substâncias químicas, e depois ver o resultado no corpo humano. Você pode fazer estudos das epidemiologias, para verificar se aquelas vacinas são eficientes ou não. O uso de levedo de cerveja também é uma alternativa para o LD50, justamente pela quantificação, sem precisar usar o animal. Podem ser realizados estudos clínicos com estatísticas, fazendo-se justamente uma análise das incidências de moléstias na população. Você não precisa dos animais para fazer esses estudos.

A necrópsia e a biópsia são métodos, sem dúvida nenhuma, antigos, e você consegue chegar a determinadas doenças do organismo humano, mas não é o único método. Simulações em computadores e *softwares* que podem ser usados na sala de aula substituem os animais.

Modelos matemáticos — não sei se aqui, no

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:50

  Modelos matemáticos — não sei se aqui no auditório existe algum profissional da área de exatas, imagino que, se tiver, rapidamente vai entender o que estou falando — para traduzir os processos que ocorrem nos organismos vivos, fazendo justamente projeções sobre temas e fórmulas matemáticas para se chegar a um resultado e testando essas fórmulas matemáticas. Isso é uma possibilidade.

Usar a membrana corioalantóide, que é um teste que queima, que utiliza na membrana dos ovos para avaliar a toxicidade de determinada substância.

Concluindo, como eu já disse, atualmente, o que está mais sendo discutido é justamente o *chip*, que é uma mistura diferente de tipos de células humanas de vários órgãos, num aparato que seria uma reprodução de um ser vivo num produto que lembra a fita cassete.

Concluindo, como Promotora de Justiça, acho muito importante levarmos a sério o debate das medidas alternativas ao uso — que a nossa legislação é explícita nesse sentido — científico e educacional que não exigem... *(Risos.)*

Que gracinha.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Dra. Luciana, interrompendo só 1 minutinho. Uma salva de palmas que está aqui representando o motivo da defesa dos animais. *(Palmas.)*

E já que a ANVISA não se faz presente, eu vou convidar aquele que simboliza todos os animais para compor a mesa condutora dos trabalhos no lugar da ANVISA. Venha cá, cachorrinho simpático, venha cá.

Já que não temos beagle, veio o dálmata. E esse a ANVISA não mandou para o sacrifício.

(Toma assento à mesa convidado fantasiado de dálmata.)

A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO - Agora sim.

Nós estamos aqui por causa dele, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Desculpas.

A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO - Imagina, foi um prazer.

Concluindo, realmente nós temos que levar muito a sério esse debate. Essa é a contribuição da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Distrito Federal, e eu não poderia faltar a esta oportunidade de debate, mesmo estando de férias. Obrigada, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Dra. Luciana, muito obrigado pela sua participação. Seu duto conhecimento e experiência foram muito contributivos para discussão, inclusive para incitar e provocar que esta Casa possa aprimorar na legislação. Mas como é nosso dever e obrigação, com muita responsabilidade, a fim de não cometer qualquer tipo de equívoco ou erro que possa ser prejudicial à ciência, à saúde humana. Mas não obstante a tudo isso, a senhora também é contundente em afirmar que não só a tecnologia em *vitro*, mas outras tecnologias podem e devem ser mais eficazes.

Muito obrigado. Mais uma vez, ressalto que Dr. Luciana se encontra de férias, mas, ainda assim, podem e devem ser mais eficazes.

Horário (O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)

14:54



Muito obrigado. Mais uma vez, ressalto que a Dra. Luciana se encontra de férias, mas, ainda assim, fez questão de estar presente.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Luiz Cesar Cavalcanti Pereira, médico veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária — CFMV, conselho este, que tem sido partícipe e companheiro, participando com críticas e sugestões de toda a pauta que envolve defesa e proteção dos animais aqui na Casa. Eu já tive a oportunidade de visitar o Conselho Federal por mais de uma vez — e, por reiteradas vezes, eles estiveram no meu gabinete — na condição de autor de 24 propostas de defesa e proteção dos animais e também de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Idosos.

Eu quero registrar aqui a presença do competente Deputado Ricardo Izar, para quem, logo que o Dr. Luiz Cesar fizer uso da palavra, se ele assim o desejar, eu vou transferir a palavra. E proponho que nós possamos proceder dessa forma: dois membros da Mesa e um Deputado alternadamente.

Eu gostaria também de solicitar ao senhor que agradecesse a todos do Conselho Federal de Medicina Veterinária, externando e tornando público um momento muito singular e representativo quando fui convidado para a reunião do conselho, em que estavam presentes todos os Conselhos Estaduais, e, ali, nós tivemos a oportunidade de dialogar e tratar de assuntos referentes não só à profissão dos médicos veterinários mas também à defesa e proteção dos animais.

Com a palavra o Dr. Luiz Cesar. *(Pausa.)*

Enquanto o Dr. Luiz Cesar se desloca, eu vou apresentando aqui, já que a transmissão é em tempo real, uma cartilha que a Dra. Luciana me transfere: *Adoção responsável de cães e gatos — cuidados e informações.*

Nós que amamos os animais, defendemos a adoção e a posse responsáveis. Eu sou um privilegiado de ter a minha Vivizinha, amor da minha vida, minha cachorrinha adotada, e indico para todos que assim o façam.

Com a palavra o Dr. Luiz Cesar. Depois, o Deputado Ricardo Izar e a Sra. Alexia Dechamps, respectivamente.

O SR. LUIZ CESAR CAVALCANTI PEREIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu quero dizer que é um imenso prazer estar participando aqui desta audiência pública. Eu vim aqui representando o Conselho Federal de Medicina Veterinária, e a ideia da apresentação... *(Pausa.)*

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

14:58



Na verdade, é muito bom falar depois da Dra. Luciana, porque quero tentar expor, com um pouco mais de detalhe, a atual legislação existente no Brasil que regula a pesquisa e o ensino em que se utilizam animais, de que maneira o Conselho Federal, o Sistema CFMV/CRMVs está inserido nesse contexto e qual o papel do médico-veterinário nessa situação.

Há muitos detalhes. Eu vou tentar ser breve e não ser muito técnico também. Mas a ideia é mostrar o quanto de ferramentas legais que existem hoje protegem o animal utilizado na pesquisa e no ensino e até que ponto qualquer cidadão comum pode, de fato, envolver-se, participar, identificar os problemas e tomar as providências como cidadão, fazer denúncias.

O Sistema CFMV/CRMVs é composto pelo Conselho Federal e 27 Conselhos Regionais, por Estado. A missão dele é promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exercício das profissões de médico-veterinário e zootecnista.

O primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer é que felizmente, ou infelizmente, o conselho não tem ingerência em outras profissão que não a do médico-veterinário. Ele é responsável por reger as questões que envolvem os profissionais médico-veterinário e zootecnista. Então, o conselho não tem ingerência em questões referentes até a maus-tratos que envolvem outros profissionais.

A finalidade do sistema é fiscalizar o exercício da medicina veterinária e da zootecnia e disciplinar as atividades, com o propósito de resguardar e defender os direitos e interesses da sociedade, como, por exemplo, a questão da causa animal, entre outras coisas que envolvem a ingerência dos conselhos e do Sistema CFMV/CRMVs.

Então, o sistema é responsável por estabelecer mecanismos e requisitos que permitam assegurar o exercício dessas duas profissões, assegurando à sociedade um profissional com perfil técnico e ético adequado, inclusive com diversas resoluções normativas, ditando normas, ditando estruturas, ditando condutas.

Ele tem a mediação. Então, ele serve de órgão de consulta para os Governos, para a União, para os Estados e Municípios, em assuntos que envolvem a profissão do médico-veterinário.

Ultimamente, ele tem desenvolvido resoluções específicas que envolvem a proteção dos animais, inclusive questões de bem-estar.

Em relação ao que existe hoje de legislação que envolve o uso de animais no ensino e na pesquisa, eu quero dizer que foi a partir de 2008 que efetivamente o Brasil teve uma lei forte, digamos assim, ou mais específica, envolvendo o uso de animais. Ela revogou a lei que a Dra. Luciana citou que falava de vivisseção, mas era uma lei extremamente incompleta, reduzida, com uma ou duas páginas apenas. E ela veio regulamentar o inciso VII do § 1º do art. 225 E ela veio regulamentar o inciso VII, do § 1º, do art. 225, da Constituição Federal, que fala de proteção de fauna e flora e submissão de animais à crueldade. Então, a ideia básica inicial da lei envolveu justamente a questão de crueldade com os animais.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:02



A lei é extensa. Eu tentei separar alguns artigos, alguns incisos que, de alguma maneira, melhoraram a transparência que nós temos hoje no Brasil em relação, por exemplo, às instituições que utilizam animais. Antes dessa lei, não se sabia que instituição utilizava animal para ensino, que instituição usava para pesquisa, que pesquisa era feita, não havia exigência de haver comissão de ética. E com a legislação, inicialmente a criação do Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal, houve alguns avanços, que permitiram ou permitem essa possibilidade de transparência, ao menos.

Algumas competências do Conselho Nacional. Primeiro: formular e zelar pelo cumprimento de normas relativas à utilização humanitária. Eu vou exemplificar, mais à frente, algumas resoluções normativas; credenciar instituições para a criação e utilização de animais: então, hoje, todas as instituições que utilizam animal para ensino e para pesquisa têm que estar credenciadas, e se não estão, estão ilegais hoje; monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa: então, vejam que desde o início, antes das resoluções normativas, já havia isso no inciso da lei; estabelecer e rever periodicamente as normas para o uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais: então, ela é dinâmica, as resoluções normativas são criadas, são revisadas, são revogadas, e obedecem o que se tem de entendimento tanto da sociedade quanto da evolução da ciência para o bem-estar do animal. Uma outra evolução: o CONSEA, por lei também, obrigatoriamente tem representantes de órgãos do Governo, do MEC, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Saúde, etc, mas obrigatoriamente também dois representantes de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecidas no Brasil.

Em relação às resoluções normativas, hoje nós temos 34 Resoluções vigentes, que envolvem vários temas, entre elas, a obrigatoriedade de comissões de ética no uso de animais. Existe a obrigatoriedade de as instituições elaborarem, formarem uma comissão de ética que avalia todo e qualquer projeto em que se use animal para ensino e pesquisa. E aí, a Dra. Luciana lembrou bem, nós acabamos, por questão de proximidade, nos lembrando mais de cães e gatos, enfim, mas a grande maioria de animais utilizados hoje no ensino e pesquisa são ratos e camundongos, e são cobertos pela lei. Essa legislação, na verdade, cobre todos os animais vertebrados, répteis, aves, mamíferos como um todo. Essa normativa que obriga a presença da comissão de ética reconhece, mais uma vez, os métodos alternativos ao uso de animais.

Como exemplo de resoluções, temos hoje a Resolução Normativa 18 e a Resolução Normativa 31, que reconhecem esses métodos alternativos, inclusive essas duas resoluções nomeiam 22 métodos reconhecidos, que reconhecem esses métodos alternativos, inclusive essas duas resoluções nomeiam 22 métodos reconhecidos, possíveis e passíveis de serem utilizados. Na publicação delas, elas davam 5 anos para que as instituições se adequassem e passassem a substituir os métodos aos quais elas se remetem de fato, a não utilizar mais animais nesses métodos. Há um prazo, que ainda não findou, mas ele está muito próximo de findar; se não me engano é em setembro deste ano. Há várias resoluções específicas sobre cada espécie animal, remetendo a questões do bem-estar, de enriquecimento ambiental, de ambiente mais adequado, enfim.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:06



A CEUA então é uma condição indispensável para a instituição que trabalha com ensino e pesquisa, e a composição, obrigatoriamente, médicos veterinários e biólogos, e aí os docentes e pesquisadores nas áreas específicas, e um representante de sociedade protetora de animais, legalmente constituída e estabelecida no Brasil. A comissão de ética é obrigada a tornar público, fazer o convite, inclusive, no Diário Oficial, a membros de organizações protetoras de animais, que têm a prerrogativa de aceitar ou não o convite, participar ou não. Mas as CEUAs têm essa obrigação também legal do convite.

O SR. FRED COSTA (PATRIOTA - MG) - Essa resolução normativa define quem acompanha, por exemplo, quem participa são membros da comunidade acadêmica, do Ministério Público, do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Desculpe interromper, mas para poder esclarecer para nós, que não dominamos o tema.

O SR. LUIZ CESAR CAVALCANTI PEREIRA DA SILVA - Nós temos, vamos dizer assim, duas esferas hierárquicas. Nós temos o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, — acabei não detalhando muito por causa do tempo — que é um órgão ligado diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem essas cadeiras com membros representantes de cada Ministério, e também representantes das sociedades protetoras. Mais abaixo, digamos assim, na parte mais operacional, em cada instituição que tem utilização de animais para pesquisa ou para ensino, existem as comissões de ética, que avaliam os projetos em que são utilizados animais. Também nessa comissão de ética existe a composição mínima, tem que haver pelo menos um médico veterinário e um biólogo — aí entram os pesquisadores ou professores que fazem parte da instituição — e também um membro das sociedades protetoras. Não sei se eu consegui responder.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP) - No CONSEA há um membro só da sociedade protetora, não? Deputado Ricardo Izar.

O SR. LUIZ CESAR CAVALCANTI PEREIRA DA SILVA - Eu não tenho certeza. Eu sei que há um, até um médico veterinário ou professor, se não me engano, mas eu não consigo responder ao senhor isso. No site do CONSEA, que é até bem fácil, estão todos os nomes dos membros presentes, e qual cadeira eles ocupam. Então, é possível nós vermos se essas duas cadeiras estão ocupadas.

E a competência das CEUAs, das comissões de ética, que é a de examinar previamente os procedimentos, manter o cadastro de cada procedimento realizado, monitorar periodicamente esses projetos, inclusive a questão de nível de dor, sofrimento, se está acontecendo ou não está, grau de invasividade de procedimentos. Outra coisa que é importante saber é que a lei ou o decreto o nível de dor, de sofrimento — se está ou não acontecendo —, o grau de invasividade de procedimentos.

Horário (O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)

15:10

▶
🗨️ É importante saber que a lei e o decreto preveem punições, sanções, interdições, tanto para pessoa física como para instituição, sem prejuízo a outras esferas legais, como, por exemplo, da lei de crimes ambientais, na qual trata especificamente de maus tratos e crueldade.

Todas as diretrizes são desenvolvidas pelo CONCEA, são abertas à consulta pública. Eu tive a oportunidade até de participar, de enviar sugestões em algumas delas. O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal — CONCEA, aceita denúncia de qualquer cidadão. Há um canal, no *site*, em que a pessoa pode se identificar ou não. Ele aceita denúncias nessa esfera

Qual é o papel do médico-veterinário? Eu trato, novamente, de algumas resoluções do CONCEA, do nosso conselho. A Resolução nº 1 do CONCEA criou a figura do coordenador de biotérios, do responsável técnico. Ela deu essa exclusividade de responsabilidade técnica pelos biotérios para o médico-veterinário, cujo objetivo principal é assistir aos animais em ações voltadas para o bem-estar e cuidados veterinários em geral. Isso é uma das prerrogativas do médico-veterinário na pesquisa.

Destaco a importância de assegurar o cumprimento das normas de criação e uso ético de animais; de assegurar que as atividades serão iniciadas somente após decisão técnica favorável das comissões de ética; de assegurar que as equipes técnicas tenham treinamento adequado, responsabilidade no trato dos animais,

Independente do posicionamento, essas são as ferramentas legais que hoje o médico-veterinário dispõe para dar o mínimo de bem-estar, de condições mais adequadas para esses animais.

A Resolução nº 1.178, do CFMV, é específica, dispõe sobre a responsabilidade técnica nesses estabelecimentos, e confirma a responsabilidade técnica em atividade privativa. A principal função é atender, com práticas veterinárias, a criação e a manutenção dos animais, de maneira, justamente, a assegurar a saúde e o bem-estar dos animais.

É importante também assessorar quanto ao planejamento cirúrgico, se for o caso, que são procedimentos exclusivos, privativos do médico-veterinário, assim como, se necessário, o procedimento clínico de eutanásia; orientar os aspectos, as instalações, os alojamentos dos animais, considerando a especificidade de cada animal; recomendar e orientar a manutenção de programas de enriquecimento ambiental; contribuir na orientação dos profissionais envolvidos; acompanhar parâmetros comportamentais essenciais no reconhecimento de dor, de desconforto.

Eu quis ilustrar as ferramentas que o profissional, no dia a dia, dispõe para tentar melhorar o bem-estar dos animais que são utilizados na pesquisa, no ensino, de forma geral no Brasil. Essa foi a ideia desta explanação. Eu estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Agradeço ao Dr. Luiz Cesar Cavalcanti, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Transfiro a palavra, neste momento, ao Deputado Federal Ricardo Izar.

15:14

▶
🗨️ Representando aqui o Conselho Federal de Medicina Veterinária. Transfiro a palavra neste momento ao Deputado Federal Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP) - Cumprimento todos os integrantes da mesa. Parableno o Deputado Fred Costa pelo evento, pela audiência. Antes, eu até havia dito que não falaria, mas não aguentei, após ouvir o pronunciamento do Dr. Luiz Cesar.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

Não tem nada a ver com o assunto, mas eu queria dizer que eu gosto muito do Dr. Francisco, Presidente do Conselho de Medicina Veterinária, uma pessoa capaz, que entende as questões de proteção animal. Mas, infelizmente, com a saída dele nós perdemos muito no Conselho de Medicina Veterinária de São Paulo. Quem assumiu em seu lugar é uma pessoa que não tem o mínimo diálogo com a proteção animal, infelizmente. A gente tem castramáveis que estão parados há 1 ano para serem licenciados pelo Conselho de Medicina Veterinária e a autorização não sai. E a gente sabe que é má vontade.

Porque são portarias e portarias que são publicadas. Aí, as Prefeituras se adequam. Então, eu queria que V.Sria. passasse o recado ao Dr. Francisco. Ou ele volta para São Paulo ou ele interfere no Conselho de Medicina Veterinária de São Paulo.

Mas o Dr. Luiz Cesar colocou aqui a questão do CONSEA e dos conselhos éticos, e a gente vê que na verdade, teoria, é bonito, mas na prática não funciona bem dessa maneira. A gente vê que as universidades, por exemplo, não se comunicam entre si. Então, às vezes, um estudo que foi feito utilizando animais em um cidade é repetidamente feito em outras universidades. Falta esse diálogo entre eles. E com isso são mais vidas usadas para experimentação.

E a gente sabe que hoje em dia existem técnicas alternativas e substitutivas que são eficientes. E o CONSEA e a ANVISA não autorizam a utilização dessas práticas. Se elas já foram regulamentadas em países da União Europeia, se já foram reconhecidas nos Estados Unidos, na Coreia, na China, por que não serem automaticamente reconhecidas no Brasil?

E a gente vê uma morosidade muito grande do CONSEA em regulamentar esses testes alternativos e substitutivos. A gente não está falando nem de acabar totalmente com os testes em animais, mas pelo menos aplicar testes alternativos e substitutivos que vão diminuir muito a quantidade de animais que são sacrificados.

A gente já votou aqui no Plenário da Câmara, a Carol participou diretamente disso aqui, logo depois do Instituto Royal, o projeto que proíbe animais na utilização de testes para desenvolvimento de produtos cosméticos. O Brasil só está perdendo permanecendo os testes em produtos cosméticos. Porque, além do desrespeito aos animais, a gente tem uma perda financeira, mercadológica, porque a Europa não importa de países que utilizam esse tipo de teste em animais.

Então, a gente não está só falando a respeito dos animais. Para aqueles que acham que isso não é importante, que só pensam na questão financeira, o Brasil também está perdendo na questão financeira. E a mesma coisa acontece com os produtos de higiene e limpeza, detergentes, etc. Isso tem que ser mudado urgentemente.

Agora, como mudar isso? A gente está fazendo o nosso papel legislativo, mas a gente precisa divulgar mais a importância disso, para que a população saiba que é possível desenvolver produtos seguros sem utilizar os animais ou minimizando o número de animais utilizados. Vou pedir ao Deputado Fred Costa para tratarmos do tema, quando a fizermos a reunião com o Presidente Rodrigo Maia. Existem projetos que dão a liberdade do consumidor final saber se aquele produto foi testado ou não em animais. Automaticamente não estamos proibindo os testes em animais, mas estamos dando o direito de o consumidor saber se ele vai consumir ou não um produto que teve crueldade com os animais. Eu queria pedir o apoio do Deputado Fred Costa, que tem feito um barulhão danado. Eu adoro isso, porque antes eu era sozinho aqui. Agora, eu ganhei um reforço de peso, para tentarmos pautar esse

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

projeto que permite ao consumidor saber se o produto teve teste. Ele está pronto para ser votado em plenário há anos, mas não conseguimos colocar na pauta do plenário. Ele não vai prejudicar nenhuma empresa, muito pelo contrário. Acho que vai fazer com que elas sejam mais competitivas entre elas e sejam mais responsáveis social e ambientalmente.

15:18



Era isso o que eu tinha para colocar. Quero só discordar do senhor na questão do CONCEA e do CEMAS. Para mim na verdade não funcionam, e a representatividade da causa animal dentro desses conselhos é mínima. Quando as tem, normalmente não são pessoas comprometidas com a proteção animal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Muito obrigado, meu amigo Deputado Ricardo Izar.

Agora, nós vamos passar palavra à Deputada... Olhem só, será que o prenúncio no meu ato falho do que irá acontecer? Eu me referia à Alexia Dechamps, cometendo um ato não falho, mas assertivo para o bem da Nação, e estava chamando-a de Deputada.

Concedo a palavra à competente e renomada atriz e ativista Alexia Dechamps. Depois, passarei a palavra ao Deputado Federal Aroldo Martins, do PRB do Paraná, que tem contribuído também. Na frente parlamentar, ele tem um papel muito importante. Vou confidenciar que a esposa dele, que também é uma aficionada, amante e protetora dos animais, está aqui presente. A quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Eu fui testemunha dessa mulher falando com marido dela que ele tinha de mandar emendas para defesa e proteção dos animais. Então, nesse caso uniu a fome com a vontade de comer, graças a Deus, para o bem dos animais.

Com a palavra a Sra. Alexia Dechamps e, na sequência, o Deputado Aroldo Martins.

A SRA. ALEXIA DECHAMPS - Boa tarde a todos. Queria agradecer o convite do Deputado, para falar de uma causa tão relevante. Eu não sou técnica. A única coisa que eu tenho é a minha experiência vivendo com os animais, ajudando. Eu fui chamada na época para fazer a campanha contra os testes em animais, e os vídeos que eu pude ver dos testes em animais — eu não sei se algum de vocês aqui já viu esses vídeos — são as coisas mais horríveis que eu já vi na minha vida. Eu tinha pesadelos à noite com coelhos vivos tendo o olho furado, enfim, coisas horrorosas. Junto com isso, quando eu gravei o vídeo, veio a informação de que milhões, bilhões de animais morriam em pesquisas de faculdades e de laboratórios, mas pouco adianta. Eram muitas delas apenas para publicação. Muitos animais, bilhões, morrem para isso.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:22



Então, eu não sei o que dizer. Eu acho que estamos muito atrasados. De fato, aqui eu estou vendo o mundo caminhando. Eu acho que tudo o que o Deputado Ricardo Izar disse foi maravilhoso, porque tudo o que eu sei do lado de cá ele falou exatamente, realmente e tecnicamente, porque tem muito mais estudo do que eu. Ele falou exatamente o que eu sei. Eu sou colega das ativistas que entraram no laboratório Royal. Eu sou colega de ativistas que fizemos uma operação numa faculdade no interior de São Paulo. Eu estava envolvida. Eu não entrei, mas eu estava envolvida, porque entraram dentro da faculdade e filmaram o que estava sendo feito lá sem autorização do CONCEA, sem seguir todos os padrões. Então, eu sei que coisas acontecem e, como o Deputado disse, na prática é outra coisa. Nessas faculdades federais de maneira nenhuma poderia estar acontecendo isso. Havia animais muito machucados. Foi feita uma denúncia

Eu participo do lado ativo da coisa. Eu acho que hoje existem métodos substantivos. Existem cinco pelo menos, como, por exemplo, 3D, métodos computacionais, pele artificial. Existem várias coisas. Realmente, eu não entendo. Aí vão testar agrotóxico nos beagles. Para quê? O agrotóxico está nos matando. Então, para que testar em beagle. Eu, realmente, eu vim aqui para falar o que eu acho mesmo, gente. Vai testar em beagle para quê? Sabemos que é cancerígeno. Sabemos que é complicado, que é ruim e que traz doença. Eu sou contra agrotóxico. Eu tenho que arrumar dinheiro para comprar orgânico. E o pobre, a pessoa que não pode comprar orgânico? Ainda usam os beagles para testar para que, se aquilo não vai fazer bem para gente.

Eu gostaria muito de ter escutado a ANVISA, porque eu gostaria de saber se isso tudo é verdade mesmo. A denúncia que eu postei... Depois dos testes os beagles são mortos, apesar de alguns sobreviverem à intoxicação a que são expostos. Depois, eu soube que, mesmo sobrevivendo, eles são mortos.

Eu acho que temos que caminhar de verdade. Eu acho que a ciência está aí. Temos dois brasileiros, se eu não me engano, que ganharam o Lush Prize, de pesquisas. É um prêmio importantíssimo. Eles descobriram métodos substantivos. Sinceramente, eu acho que, como o Deputado Ricardo Izar disse, lá fora daqui a pouco estamos sendo mal olhados por tudo, porque está tudo muito complicado aqui. Estamos retrocedendo muito. Há retrocesso, retrocesso e retrocesso. Lá fora eles estão caminhando e já não querem mais testar. Então, vamos acompanhar isso. Grandes empresas aqui no Brasil estão tentando não testar, como a Natura e a Boticário. Eu não sei exatamente como eles estão fazendo. Não tenho conhecimento técnico. Mas muito me alegrou saber que eles estão buscando um caminho. Eu acho que quem não entende o que são os testes em animais deveria ver os vídeos quem não entende o que são os testes em animais deveria ver os vídeos para saber que é um absurdo fazerem isso com seres vivos, que sentem dor, medo, angústia e frio. Vamos repensar, vamos denunciar e vamos trabalhar para mudar isso, meus queridos Deputados, em quem eu voto. Eu sou fã de vocês.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:26

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Muito obrigado, amiga e ativista Alexia.

O que a doutora falou foi a primeira incitação e provocação sobre algo que nós, que estamos aqui presentes, escutamos de forma recorrente: "Vocês não querem que utilizem animais, então vão testar em quem, em humano?"

Primeiramente, ela já colocou aqui e refirmou o que nós, a todo momento, falamos, que são vários os métodos alternativos que vêm demonstrando eficácia.

Somados a isso, nós temos os voluntários. Muito mais do que isso. O ser humano, quando vai, é voluntário. Se nós encampamos a luta e o reconhecimento dos seres vivos com direitos, que são os animais, nós não podemos obrigar quem não teve o direito de escolha a ser submetido para aquilo que muitas vezes não é utilizado em experimento, mas praticamente uma tortura.

Este é um marco importante para que possamos aprimorar a legislação.

Dando continuidade, passo a palavra ao Deputado Aroldo Martins, do PRB do Paraná.

O SR. AROLDO MARTINS (PRB - PR) - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. Parabéns pela sua iniciativa. Quero saudá-lo e todos os presentes que lutam por esta causa.

É incrível como o ser humano, de uma forma geral, passa de besta a bestial em um piscar de olhos. Em relação a essa questão da utilização de animais para testes, muitas décadas atrás, o próprio ser humano, na época do regime de Hitler, o próprio ser humano era utilizado como cobaia, como teste. Por isso que eu digo, como a distância de besta para bestial é muito pequena para o ser humano.

Com a colaboradora de minha esposa, que está aqui ao meu lado, que é uma grande lutadora pela causa animal, o que muito me alegra e me orgulha, essa atividade dela, eu sou profundo admirador do

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:30



muito me alegra e me orgulha essa atividade dela, e eu sou profundo admirador daquilo que ela faz e apoiador, de forma pessoal, também da causa animal. Tenho muita alegria de poder apoiar o trabalho do Deputado Fred Costa, pois me identifico muito com ele em relação a isso desde que iniciamos o nosso mandato.

É cruel, arcaica e ineficiente a indústria bilionária dos testes em animais! A sessão do Congresso já está aberta, mas eu gostaria de trazer aqui, rapidamente, três pontos em relação à bestialidade do assunto. Testes em animais são extremamente cruéis. Para testar drogas e insumos para a indústria, bilhões de animais, principalmente roedores, cães, gatos e primatas são trancados em laboratórios anualmente e submetidos a práticas dolorosas. Inserção de substâncias tóxicas em seus olhos, inalação forçada de fumaça e implantação de eletrodos em seus cérebros são apenas algumas dessas práticas. Via de regra, são utilizados animais de pequeno porte, dóceis, para facilitar o manejo dentro dos institutos de pesquisa. Nesse cenário, a raça *beagle* infelizmente se encaixa perfeitamente. E são eles os preferidos dos vivisseccionistas.

Testes em animais atrasam o desenvolvimento da ciência. Em todo o mundo, especialistas se dividem sobre o papel dos testes em animais no progresso científico. De um lado, há os que dizem que não há condições de haver novas descobertas importantes para a saúde humana sem esse tipo de prática. Por outro lado, existe o grupo dos que dizem que os testes animais impedem que a ciência evolua, mantendo-a em um ciclo arcaico de práticas sem razão.

Terceiro, fala da ineficiência desses testes. Grupos de cientistas favoráveis a testes sem animais usualmente citam o lucro da indústria como o principal causador de sua permanência no meio acadêmico e farmacêutico. Fica claro que há uma economia dependente dos bilhões de dólares investidos por ano nesse mercado. Porém, esse dinheiro não está sendo aplicado para o bem das pessoas. Nós estamos falando de animais indefesos. Eles não podem defender a si mesmos devido à irracionalidade, mas no fim, ao analisar quem incentiva esse tipo de prática, nós nos perguntamos quem realmente é mais irracional nisso tudo.

Eu estava lendo, ontem ou hoje, sobre os produtos cosméticos de uma artista estrangeira, uma atriz ou cantora que estava distribuindo

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:34

 os médicos de uma artista estrangeira, uma atriz ou cantora que estava distribuindo produtos cosméticos que, entre os seus componentes, tinham amianto.



Eu volto a repetir: como besta e bestial estão andando de lado a lado, não é?

Então, eu quero, mais uma vez, enaltecer a sua iniciativa, Deputado Fred, como proponente desse evento. Quero agradecer a todos os membros da mesa e a todos os que estão aqui participando, que tomaram o vosso tempo por esta causa tão nobre e tão maravilhosa.

Quanto a nós, Deputados, ainda que possam não ser muitos os que dão a cara para a causa, pode ter certeza de que existem muito mais. São muito variadas as causas, mas pode ter certeza absoluta de que, quando for necessário que haja apoio e que haja mobilização — não é verdade, Deputado? —, nós sabemos que há muito mais gente que é sensível a esse assunto.

Só me resta agradecer. Que se possa ter muito mais, nesta Casa, audiências públicas e ações que venham proteger os animais, porque nós precisamos muito disso. No Paraná há muitas cidades, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, em que se tem muito a cultura de abandono animal. Eu sei que isso não é uma tristeza só para o Paraná, mas existe muito isso, um abandono muito grande, como se os animais fossem autossuficientes, quando na verdade precisam de nós.

Muito obrigado pela oportunidade de me dirigir a esta audiência pública. Pode contar, Deputado Fred, com meu apoio incondicional à sua causa. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Eu quero agradecer muito ao Deputado Aroldo Martins, sempre solidário, participativo. No momento em que para mim era tudo muito novo — sou verdadeiro e modesto para reconhecer que ainda tenho muito que aprender na vida, ainda mais aqui no Legislativo Federal —, logo nos primeiros dias, quando recolhia de forma incansável assinaturas para que nós pudéssemos instituir a Frente Parlamentar Mista de Defesa e Proteção dos Animais, V.Exa. não só foi um estimulador, um entusiasta, como ainda me ajudou, solicitando toda a sua bancada do PRB, que é bem numerosa na Casa. Então, meu reconhecimento também do seu trabalho na prática para que nós possamos avançar nas políticas públicas de defesa e proteção animal. Então, meus agradecimentos à sua esposa e a V.Exa. Ela pode ter certeza de que, vou tomar aqui a liberdade falar, que V.Exa. tem dignificado os apelos dela com relação à defesa e proteção animal, e, tenho certeza, não só restrito a esta causa, mas também no seu trabalho como um todo aqui em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Vou passar a palavra para a Carolina Mourão, mas parece que o Deputado Ricardo Izar gostaria de fazer uma breve consideração.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP) - Presidente, sobre a questão do Deputado Aroldo, que falou da besta e da bestialidade e eu achei genial

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:38



O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, que gostaria de fazer uma breve consideração.



O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP) - É rapidinho, Sr. Presidente. Primeiramente, eu queria comentar a comparação que o Deputado Aroldo Martins fez entre a besta e a bestialidade. Achei genial! E eu posso dizer mais. Eu posso dizer que, se o mundo fosse uma molécula ou uma célula, o homem seria o vírus desta célula, quando a gente olhasse no microscópio. Aquela parte preta que corrói a célula seria o homem.

Mas eu queria perguntar ao Presidente se podemos encaminhar as perguntas à ANVISA. Eu posso deixar aqui registrada uma pergunta para ser encaminhada à ANVISA em nome da Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Deputado Ricardo Izar, quem seria eu para negar aqui um apelo de V.Exa., com sua competência singular e com sua vivência nesta Casa? Eu tenho que corroborar com seu apelo, pedir para ser partícipe. Acho que é nosso dever e obrigação enviar as notas taquigráficas. Faço questão inclusive de ter o destaque porque não tenho medo de ninguém, muito menos nesta condição em que estamos absolutamente corretos. Aí eu me refiro ao primeiro momento, o preâmbulo, quando fui muito duro com a ANVISA. Somado a isso, também acho oportuno e necessário que todas as perguntas sejam enviadas.

Não obstante, quero também — e vou solicitar a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão que assim desejarem — assinar uma convocação para que a ANVISA esteja aqui presente, prestando os esclarecimentos. Portanto, obviamente, está acatada a sugestão de V.Exa., Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP) - Quero questionar a ANVISA quanto ao seguinte. Quando se desenvolve qualquer tipo de produto — cosmético, higiene, beleza, limpeza —, algumas substâncias são necessárias. Tais substâncias são compostas por ingredientes. Sabe-se que mais de 4 milhões de ingredientes já foram testados e aprovados. Por isso, muito dificilmente se usa um ingrediente novo.

Quando se fala em fazer um teste em animal com ingrediente novo, pode-se até aceitar, mas normalmente são misturas de ingredientes já existentes. Portanto, utiliza-se um ingrediente da indústria farmacêutica, por exemplo, para desenvolvimento de um cosmético ou o ingrediente de um cosmético para elaboração de um produto de higiene.

Então, se ele já foi testado uma vez, por que tem que ser testado de novo? Por que a ANVISA e o CONSEA pedem o teste do mesmo ingrediente diversas vezes em animais? Isso eu queria perguntar para a ANVISA e para o CONSEA. Até hoje ninguém me respondeu por que o mesmo ingrediente, com diferentes finalidades, tem que ser testado diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Oportuno, necessário, acatado. Será enviado.

Concedo a palavra à Dra. Flávia Quadros Campos Ferreira, minha amiga, médica veterinária do Estado de Minas Gerais, Presidente da Sociedade Mineira Protetora dos Animais e madrinha da minha princesa, minha Vivizinha, que está viva até hoje também pela competência e solidariedade da Flavinha.

A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Boa tarde a todos. Agradeço o convite

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:42

  **A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA** - Boa tarde a todos. Agradeço o convite e os parabens pelo tema escolhido, um tema que, mais uma vez, é extremamente negligenciado e lotado de falácias.

Para não prolongar muito a audiência pública, uma vez que agenda do dia é extensa e importante, um dia memorável que não imaginávamos viver para ver isso acontecer aqui em Brasília, e pelo fato de já terem sido muito bem explanadas diversas nuances desse tema, por diversos colegas antes de mim, eu gostaria de fazer uma breve explanação e dizer que a experimentação animal no mundo existe em cima da premissa de que os testes de determinada substância, feitos em animais previamente ao uso humano, asseguram aos humanos que a ação daquele medicamento é previsível, a contraindicação torna-se previsível, os efeitos colaterais tornam-se previsíveis. Então, a experimentação animal chancela o uso daquela substância como segura para o uso em animais e humanos. Partimos de uma premissa completamente equivocada, mas que gera lucros. Existe uma indústria da experimentação animal, uma indústria que faz com que tudo fique mais caro, porém sob a falácia de que está custando mais barato, e mais barato para a saúde das pessoas.

Além de citar a aspirina, gente, que a Dra. Luciana já citou, eu gostaria de citar também outras drogas e vacinas tidas como seguras para seres humanos, mas que culminaram em grandes desastres. Entre elas a mais emblemática, a mais famosa, que talvez todos vocês conheçam, se não conhecem, vão conhecer agora, é a talidomida. A talidomida foi muito testada em ratos; pelo menos por 3 anos, que é o animal número um eleito para a experimentação animal, até porque muitas pessoas que condenam a experimentação em cães não condenam a experimentação em ratos, uma vez que dentre as pessoas sensíveis aos animais existe ainda um especismo. *"Com cachorros, não, mas com ratos, o.k."*. Então, para exemplificar o quão diversificados são os sistemas orgânicos e as diferenças entre as espécies, nós citamos principalmente a talidomida, que mutilou pelo menos 10 mil pessoas, uma vez que não era considerada sem potencial teratogênico, porque foi testada em ratos, mas tinha potencial teratogênico em pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. FLÁVIA QUADROS CAMPOS FERREIRA - Com 100% de aprovação.

Nós podemos citar aqui a aspirina como analgésico capaz de matar gatos, mas seguro para ratos e para pessoas; a beladona é inócua em coelhos e cabras, mas muito letal para pessoas; a morfina, que tem suas indicações para pessoas, causa excitação em cães e gatos. Enfim, a realidade orgânica é muito diversa entre as espécies.

É importante citar também a vacina sabin, inclusive, eu vou ler algo para vocês. Enquanto testada em macacos-rhesus, não deu resultado. Mas quando deixou de ser testada, não deu resultado. A partir da hora em que deixou de ser testada, apresentou eficácia no ser humano.

15:46

  Pesquisas em animais prejudicaram o desenvolvimento da vacina contra a pólio. A primeira vacina contra a doença teve bons resultados em animais, mas acabou provocando a morte de pessoas que receberam a aplicação. O Dr. Sabin reconheceu que o fato de haver realizado pesquisas em macacos-resos atrasou em mais de 10 anos a descoberta da vacina.

É importante saber também que o mercado de métodos substitutivos — e quando a gente fala em métodos alternativos fica parecendo que alternativo é um penduricalho, do tipo, se você prefere não usar animais você pode usar um método alternativo, quando na verdade ele é um método substitutivo.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

Quando a gente fala em substitutivo, a gente está dizendo que ele substitui, sim, de maneira segura os testes em animais vivos.

A gente precisa lembrar que mais de 70% das reações principalmente toxicológicas acontecem no âmbito celular e para isso existem, de maneira real, culturas celulares, inclusive de células humanas. Vocês sabem que é possível cultivar células cardíacas que inclusive pulsam? Olha que aqui eu não setou querendo nem entrar em detalhes de tudo o que é possível usar de métodos substitutivos, porque eu não sou a pessoa melhor para falar sobre isso. Aqui gostaria eu que estivesse no meu lugar dois doutores que muito nos honram por serem brasileiros e que dominam essa temática como ninguém, que o Dr. Thales e também outro doutor, que é o Dr. Sergio, de Campinas. O Dr. Sergio principalmente, para citar métodos substitutivos, não existe ninguém como ele, literatura nº 1 no Brasil. Eu gostaria inclusive que, se esse tema pudesse voltar à tona, essas pessoas fossem convocadas para discutir diretamente com a ANVISA a possibilidade de uma realidade de substituição desses testes, principalmente para os agrotóxicos tão desnecessários.

Gostaria de dizer também aqui que na falta das pessoas, dos órgãos de pesquisa dizerem que não sabem, talvez não tenham acesso a quais são esses métodos substitutivos, existem diversas entidades que têm em seus *sites* todos os testes substitutivos e para que cada um deles serve. Entre elas eu vou citar algumas antes de chegar na *parte* do comitê de ética para assim finalizar a minha explanação que, sinceramente falando, talvez não seja de grande contribuição nessa temática, mas vamos citar aqui agora um banco de recursos substitutivos para facilitar a vida dos pesquisadores que querem transitar por um caminho diferente.

Existe a NORINA, *Norwegian reference centre for laboratory animals science and alternatives*, o HSVMA, que é o *Humane Society Veterinary Medical Association*, a EURCA — *The European Resource Centre for Alternatives to Animals in Higher Education*. No Brasil existem duas conceituadas empresas que apresentam um rol extensivo de métodos alternativos ao uso de animal em salas de aula e didático, são elas a Pro Delphos Simuladores Cirúrgicos, cujo *site* é *prodelphus.com.br*, com ph apresentam um rol extensivo de métodos alternativos ao uso de animal em salas de aula e didático, são elas a Pro Delphos Simuladores Cirúrgicos, cujo *site* é *prodelphus.com.br*, com ph, *website português/contact/* e a Internit Brasil. Então, quer dizer, não é por falta de informação que a gente segue validando métodos invasivos contra animais. Gostaria de dizer aqui também e concordar com o Deputado Ricardo Izar que infelizmente os CEUAs — Comissão de Ética no Uso de Animais, comitês de ética das universidades para validar ou barrar o uso de animais em pesquisa. Eu já fiz parte quando saí a Lei Arouca em 2008, do CEUA de uma grande universidade mineira e, por decepção, depois de 3 anos, pedi minha demissão e nunca mais voltei a fazer parte de nenhum CEUA. Infelizmente o número de cadeiras oferecidas a pesquisadores e membros da universidade é completamente desequilibrado do número de representantes da proteção animal. Olha que eu não posso ser considerada pura e simplesmente uma representante da proteção animal, porque sou médica veterinária também. Quantas vezes o representante da proteção animal não tem essa possibilidade de discutir de igual para igual? A gente sabe que uma discussão, para ser levada a sério, e para que tenha pesos iguais nas votações, precisa ser pelo menos tripartite, enquanto a Lei Arouca apenas exige que exista um membro de proteção animal num CEUA. No meu CEUA especificamente era simbólico, eu era uma em onze. Eu não me lembro em 3 anos de ter conseguido deter um experimento que a gente podia ver facilmente que existiam métodos substitutivos possíveis e que era uma pesquisa que já tinha sido testada demasiadamente em outros projetos. Então não existe essa

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

coisa, até essa coisa de não existir uma comunicação universidade com universidade, eu não posso reafirmar que não existe, mas eu posso afirmar que os *sites*, até um próprio Google que você der na temática da pesquisa, te levanta facilmente se anteriormente isso já foi pesquisado e qual o resultado disso tudo, mas, de uma maneira geral, os CEUAs validam e cancelam a repetição desses testes, uma vez que eles concordam que não é o fato de ter testado uma única vez que a gente esgotou todas as possibilidades de uma mudança de resultado

15:50



Então, gente, é uma questão muito séria. A gente está sentado em cima de uma premissa equivocada, a gente sabe que existe uma indústria lucrativa por trás disso tudo e a gente precisa esgotar de vez essa discussão aqui dentro. Acho que esta é a primeira oportunidade. Faço eu votos que existam mais, a começar definitivamente, de uma vez por todas, a acabar com testes em agrotóxicos feitos fora do País em *beagles* a pedido da própria ANVISA. Isso é inadmissível.

Agradeço mais uma vez a iniciativa do Deputado nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Agradeço a participação da minha amiga Flavinha. Sou testemunha do seu amor incondicional. Embora ela não goste de falar, abriu mão de tudo na vida e vive sem Embora ela não goste de falar, abriu mão de tudo na vida e vive 100% em função dos animais, daquilo que ela ama e em que acredita.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

15:54

Parabéns, Flavinha, você é um exemplo. (*Palmas.*)



Com a palavra carolina Mourão, jornalista e ativista da causa animal, Presidente da Confederação Brasileira de Proteção Animal.

A SRA. CAROLINA MOURÃO - Oi, gente, boa tarde, quero cumprimentar todos da mesa, todas as pessoas que vieram de longe para ajudar a prestar esses esclarecimentos. Antes de mais nada, eu presido a Confederação Brasileira de Proteção Animal. Esse tema dos *beagles* é um tema que causa grande interesse, porque desde o resgate dos animais no laboratório Royal, em São Paulo, a proteção animal do Brasil experimenta um novo momento, especialmente na base cães e gatos, a base de defesa animal urbana, que é por onde se começa a tratar o problema sanitário. Depois, avançamos para temos mais críticos, os quais nem o Parlamento nem a sociedade estão preparados ainda para discutir mais aprofundadamente assuntos da indústria, do uso do animal para exportação. Portanto, são temas mais críticos.

Então, temos que resolver as questões sanitárias e as questões dos testes em cães e outros animais para depois avançarmos. É muito importante saber alguns números. No Brasil são 70 milhões de pessoas diretamente interessadas no assunto das políticas públicas de defesa dos animais. Esse é um dado do IBGE. Trinta e cinco por cento de todas as amostras populacionais dizem "sim" aos animais e "não" aos testes. Na caça, a questão ainda vai mais longe: 93% da sociedade rejeita. Então, são números relevantes.

O caso da audiência pública de hoje é um caso de experimentação de *beagles* nos Estados Unidos, flagrado pela Humane Society International — HSI. Uma vez que eles identificaram que esses testes estavam sendo feitos nos Estados Unidos para atender as exigências da Anvisa nesses experimentos, o Humane Society brasileiro entrou em contato com a Anvisa, entrou em conosco, a confederação dos animais, e nos trouxe a informação fundamental de que embora a Anvisa não esteja aqui tem a obrigação de estar, porque aqui é uma audiência pública onde a sociedade quer saber e não se passa recado.

Acho que faltou realmente vergonha na cara dos diretores da Anvisa nessa situação pública. Não foi no Brasil, mas causou um desastre de informação. Então, quem tem que explicar isso não é a proteção animal, que somos nós, mas a própria Anvisa. Um desgaste para a imagem da Anvisa que já não está bonita.

Eu venho trazendo como jornalista a informação de dentro da Anvisa. Já que a Anvisa não se presta a explicar, nós explicamos o que nós apuramos. Eles vêm nos trazendo a notícia de que já há alguns anos se discute as novas normas para experimentação animal no Brasil.

Estão prestes a anunciar até setembro a redução do uso de animais para algumas finalidades. No Brasil nós já podemos encerrar o uso de 50% de toneladas de animais para teste de repetição. Não podemos ainda eliminar todos os experimentos científicos, mas já podemos eliminar 50%. A Anvisa está lentamente tratando dessa agenda a cada semana.

Há pelos menos 2 anos nós visitamos mas já podemos eliminar 50%. A ANVISA está lentamente tratando dessa agenda, a cada semana. Há pelo menos 2 anos nós visitamos, e o diálogo é muito lento, em relação ao mundo, em relação às necessidades do próprio País.

15:58

Então, alô, ANVISA, vamos trabalhar!

H  **rário****(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

Existe uma transição de normativas que está, neste momento, acontecendo. E o que foi feito em relação a esses cães? A ANVISA informou que basta fazer um pedido oficial baseado em algum estudo técnico que dispense esses exames. Depois de localizar onde esses exames estão acontecendo, você entra em contato com a ANVISA, formaliza o pedido de cancelamento baseado em algum estudo técnico. Esses estudos técnicos existem, há muitos estudos técnicos que já podem amparar os grupos de proteção animal ou qualquer cidadão de bem que possa entrar com um requerimento, e eles imediatamente suspendem. Então, ainda é preciso solicitar por ofício que seja suspenso baseado num dado técnico. É possível suspender os exames quando eles são flagrados? É possível, não é burocrático... Ainda é mais burocrático do que nós gostaríamos, mas dá para fazer um pedido, e eles cancelam imediatamente.

Aí eu pergunto, Deputado... Lá nos Estados Unidos, quem descobriu foi a sociedade civil organizada. E aqui no Brasil? Eu quero perguntar para o nosso representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária o que o Conselho de Medicina Veterinária afinal faz? Porque até agora eu não consegui identificar nem com cães e gatos de canil público... Não se consegue fiscalizar o próprio canil público do Distrito Federal, e um Presidente de um CRMV que abusa dos animais lá dentro, que é o Presidente do CRMV do DF, que tem uma vaguinha no canil público abusando de animais... Aí eu pergunto: se não controlam nem a situação dos cães e gatos no Centro de Zoonoses do Brasil — e isso foi uma conclusão da CPI dos maus tratos aos animais —, o que o CFMV tem feito para identificar onde esses testes ainda estão ocorrendo no Brasil?

Portanto, essa é uma pergunta que não quer calar, e isso não está sendo feito, eu respondo pelo CFMV. Quem está fazendo somos nós. Vamos começar então a minha fala.

A questão dos testes em animais é justamente a sociedade observar, a sociedade fiscalizar, porque no Brasil não temos fiscais. Então, nós temos um monte de lei. O Brasil não tem problema de lei, de legislação. Nós produzimos leis o tempo todo neste plenário; vai direto a sanção um monte de lei que interessa e que não interessa, mas nós não temos fiscal. Por exemplo, quando os criadores de cachorro ou os criadores de cachorro que vendem cães por aí, numa produção desenfreada, sem qualquer fiscalização, porque o Estado brasileiro não tem condição de fiscalizar nem sequer o canil público, eu pergunto como nós vamos encerrar esse ciclo do abandono e do uso de animais para qualquer finalidade, se você não consegue controlar a CFMV, nem mesmo a produção de cães de raça no Brasil e seus certificados fraudulentos? Essa situação não tem mais nem conserto! Ou se proíbe a produção para conseguirmos conter uma população desenfreada de 30 milhões de cães e de mais 10 milhões de gatos se reproduzindo em progressão geométrica neste País, e nós temos um CFMV corporativista, que não resolve nada nem no CEUA, nem aqui nem acolá!

Então, a sociedade tem que fiscalizar. Quem vai localizar beagles sendo inspecionados e maltratados somos nós mesmos, porque não existe capacidade fiscalizadora do CFMV, que virou um órgão meramente corporativista. Quando nós identificarmos isso, vamos fazer o que a ANVISA ensinou, até chegar setembro, para ver se eles vão anunciar o fim dos testes para agrotóxicos, que é o que eles querem anunciar em setembro. Ver se eles vão anunciar o fim dos testes para agrotóxicos, que é o que eles querem anunciar em setembro. A minha fala é supercurta, para colocar os pingos nos is. O CFMV é uma grande fantasia. Fiscalização no Brasil é uma mentira. Na Capital do Brasil, o CRMV não consegue resolver o problema do canil. Nós tivemos que entrar com uma ação popular para punir vendedor de cão de rua.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:02



E o valor é 10 mil reais, pessoal aí de trás! Se alguém aparecer vendendo cão na rua, são 10 mil reais!...

Então, essa é a minha fala. Se nós localizarmos, até setembro, quando a ANVISA vai anunciar possivelmente a redução dos testes em animais, se houver alguma localização de testes em beagles para agrotóxicos, nós vamos fazer o protocolo de entrar com pedido de retirada, de suspensão imediata dos testes, e vamos cobrar isso no mesmo dia, na mesma semana, para suspender esses experimentos, porque fiscalização não existe.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Quero agradecer a presença da Carolina Mourão. Como eu já havia falado no nosso primeiro encontro, além de conhecedora, acompanha muito de perto o trabalho aqui na Câmara dos Deputados.

Quando ela falou aqui dos agrotóxicos... E eu quero aproveitar o momento em que estamos numa reunião oficial da Comissão de Meio Ambiente para externar, com total indignação: para mim, a política pública até então desenvolvida pela atual gestão de meio ambiente é contra o meio ambiente! Nesse sentido, faz-se mais do que necessário convocar o Ministro do Meio Ambiente venha a esta Comissão para mostrar para a sociedade se existe um planejamento, qual é a política pública proposta pela atual gestão liderada por ele para o meio ambiente. Porque, até então, para mim, o que está sendo praticado é uma política de afronta e agressão ao meio ambiente.

Nós podemos até concordar ou discordar da política econômica conduzida pelo Ministro Paulo Guedes, mas existe uma diretriz e um cronograma. Da mesma forma, com relação àquele que tem sido objeto midiático nos últimos dias ainda mais, e me refiro ao Ministro Sergio Moro...

Mas você vê uma linha de atuação, e aí a minha pergunta e o meu desafio: cadê?... O que nós temos observado até então são ações açodadas, sem planejamento, por parte do Ministro do Meio Ambiente, que eu, na minha modesta opinião, entendo ser até então políticas públicas de ofensa e de agressão ao meio ambiente.

Enquanto o mundo se volta para a proteção e para o desenvolvimento sustentável, o Brasil, na contramão da história, vem propor uma agressão ao meio ambiente, vem propor um retrocesso, e isso não pode ser permitido pela sociedade, pelo Parlamento e, sobretudo, por esta Comissão.

Então, quero também pedir e solicitar que façam aqui um requerimento, assinado por este Deputado, para uma convocação um requerimento por este Deputado para uma convocação do Ministro do Meio Ambiente. Já passou da hora de ele prestar esclarecimentos objetivos para a sociedade brasileira.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:06

  Não é conduta de Ministro aquilo que fez há poucos dias, de deixar o Senado Federal quando foi vaiado. Quem está exercendo uma função pública, como eu estou, tem que estar preparado para críticas, para elogios, para escutar muito mais do que falar. Nesse sentido, é dever dele também estar presente nesta Casa e prestar os devidos esclarecimentos.

Chegaram aqui, através dos internautas, inúmeras perguntas, muitas delas, segundo a assessoria da Casa, já dirimidas. Eles compilaram aqui três perguntas. A primeira é da internauta participante, Lucineide Matos: *"Por que não seguir exemplos de países mais desenvolvidos e abolir o uso de animais como cobaias?"*

A segunda pergunta é da participante Nayara Cristina da Silva Neres:

Temos tantas tecnologias, tantos métodos sustentáveis, a ciência é a prova da nossa evolução. Temos a capacidade de optar por outros métodos. Somos racionais. E o que esta fazendo é algo primitivo. Qual a necessidade de sacrificar, torturar, banalizar a vida de um ser que só tem amor para dar?

A terceira pergunta é da participante Andreia Leite: *"Quais as vantagens de se realizar pesquisas com beagles?"*

Eu vou pedir para aqueles que compõem a Mesa, se puderem ou desejarem, possam responder uma dessas três perguntas.

Além disso, vamos passar anteriormente a palavra à Deputada Estadual, pelo Estado de Sergipe, Kitty Lima, que tem participado muito e contribuído de forma singular para os nossos trabalhos aqui na Câmara dos Deputados.

Posterior ao uso da palavra por ela, vou devolvê-la ao representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, o Dr. Luiz César, já que o conselho foi citado várias vezes.

Partimos então às respostas das três indagações e à conclusão para que possamos encerrar os nossos trabalhos e nos dirigir à importante reunião com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, que mais uma vez — também nesta Comissão quero reconhecer isso — tem sido solícito com a pauta da defesa e proteção dos animais. Ele tem aberto as portas e tem sido entusiasta.

Quero lembrar a vocês que sou de Minas Gerais. Somos 53 Deputados. E o primeiro projeto de lei que vai ser votado, de um Deputado do Estado de Minas Gerais, é um de minha autoria que trata de defesa e proteção dos animais, que teve seu requerimento de urgência aprovado. Ele incita e provoca nas pessoas o sentimento de adoção através das clínicas veterinárias e petshops. Esse projeto teve anuência do Conselho Federal de Medicina Veterinária e também da Anclivepa Brasil Medicina Veterinária e também da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais — ANCLIVEPA Brasil. Além disso, se hoje foi criada a Comissão Especial foi, sim, porque o Deputado Rodrigo Maia atendeu ao meu apelo e fez tornar realidade, além do seu compromisso comigo, com os Deputados e, muito mais importante que isso, com os protetores e com a sociedade de fazer essa pauta ser votada nesta Câmara dos Deputados. Portanto, tenho que fazer aqui justiça, com os meus agradecimentos, ao Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, numa enorme expectativa de que possamos deixar de fato um legado positivo para essa causa, que amo, que me motiva e também, da mesma forma, a maioria dos presentes.

16:10

Com a palavra a Deputada Estadual, pelo Estado de Sergipe, a Deputada Kitty Lima.

H  **rário****(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

A SRA. KITTY LIMA - Eu estou muito feliz por estar aqui. Em nome do Deputado Fred Costa, quero parabenizar toda a Mesa. É gratificante fazer parte deste debate e aprender com vocês, primeiro, assustada, porque já sabemos o quanto o Brasil é atrasado. Em 1700 e antigamente, Bentham, grande filósofo, já falava que, só pelo fato de os animais sofrerem, temos a obrigação moral de protegê-los. Isso foi falado em 1700 e antigamente, e ainda no tempo de hoje estamos falando em testes de animais.

Há três princípios, Sr. Presidente, que não podemos nunca esquecer: a sensibilidade animal, é provado que eles sofrem, eles sentem medo; a questão do equilíbrio ambiental e a questão da valorização da vida. Estamos falando aqui de vida. O que nós não queremos para nós mesmos não podemos desejar para os outros. E os outros, os animais, também são eles. Os animais também são o outro e precisamos protegê-los. É obrigação nossa, moral.

E aqui eu entendo a fala da Sra. Carolina — e eu não falo nem com Parlamentar de Sergipe, porque sempre boto o meu coração na frente. Eu sou ativista da causa do animal desde criança. Parei, praticamente, a minha vida para estar salvando esses seres. E nós não vamos recuar, não vamos parar porque estamos num momento de avançar com as nossas pautas. É este o momento. Temos um batalhão. Se vocês estão entendendo que o que nos move é o amor, saibam que não há nada mais forte do que isso. Não vamos mais recuar, ainda que precisemos invadir, ir ao Presidente, à ANVISA, da qual me envergonho, relato também aqui, por não estar aqui presente. Essa entidade deve respeitar esta Casa, deve respeitar a sociedade. Então, peço a V.Exa. que essa convocação seja feita.

Agradeço, Deputado Fred, por estar sempre convidando-os a participar. E eles não fazem mais do que a obrigação. Precisamos de respostas. Eu vou voltar aqui novamente. Vou largar tudo lá de novo para estar aqui escutando e olhando na cara deles, porque não há mais justificativas para haver teste. Depois desta audiência, eu duvido que alguém aqui vá levantar a mão e dizer que ainda é necessário o teste em animais. Está mais do que provado. O que que falta? Falta avançarmos mesmo. E o que eu puder fazer — não me alongando mais, porque precisamos encontrar o Presidente Rodrigo Maia — vamos fazer porque o amor é o que nos move.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Parabéns. Muito obrigado.

Há uma frase que diz o seguinte: muito melhor do que o discurso longo e profundo é o sorriso que emana de um coração feliz. Aqui não é o sorriso que emana de um coração feliz, mas um discurso curto e feito eminentemente com o coração corado aqui de muita emoção, refletindo o sentimento que, tenho certeza, é de milhões de pessoas. Parabéns pelo seu trabalho! Parabéns pela sua fala!

Alguém, repito, gostaria de se colocar à disposição para responder a algumas perguntas dos internautas?

Eu quero aqui me aventurar. Eles falaram dos métodos. A Dra Luciana citou aqui no início, são inúmeros métodos, talvez, o mais conhecido é o *in vitro*. Ela já demonstrou a sua A Dra Luciana citou aqui no início, são inúmeros métodos, talvez, o mais conhecido é o *in vitro*. Ela já demonstrou a sua eficácia. Não é à toa que alguns países, de fato, já extinguiram a prática abominável de utilização dos animais em testes. Da mesma forma, já com essa resposta, entendo que devemos estar respondendo também não só a pergunta da Nayara, mas também da Lucineide: "*Por que não seguir o exemplo de países desenvolvidos e abolir o uso de animais como cobaias?*"

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:14



Eu gostaria muito que pudéssemos fazer aqui no Brasil da mesma forma. Mas temos que reconhecer que isso só pode ser feito a partir de projeto de lei. Nós somos 513 Deputados e 81 Senadores, obviamente, com pensamentos diferentes, com compreensão diferente. É algo que tem que ser construído, porque o mandato é representativo, político. Então, é natural que tenha aqui representantes de corporações, setores da sociedade. O meu compromisso é com o desenvolvimento sustentável e com a defesa e a proteção dos animais.

Da minha parte, assim quando promovido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, quando eu atuava como Deputado Estadual, eu gostaria muito de abolir o uso de animais como cobaias aqui na Câmara dos Deputados. Mas, repito, é um exercício complexo, que tem que ser feito com muito diálogo e construção política, em que a sociedade tem um papel importante. Quantas vezes nós já observamos no passado recente do Brasil, inclusive em momentos históricos, como os carapintadas, que acabaram gerando o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello ou, então, mais recentemente, o *impeachment* da Presidente Dilma? Tudo isso emergiu de um sentimento da rua para a Casa Legislativa. E nós, defensores e protetores dos animais, somos um exército. O que nos falta é organização para fazer valer o nosso sentimento e indo além, acredito eu que esse sentimento não é somente nosso, dos protetores e defensores ou simpatizantes, acredito que, se for feita uma pesquisa, da maior parcela da sociedade. Esta Casa tem que refletir a vontade do povo brasileiro, quando não unânime, mas da maioria do povo brasileiro.

Então, está ficando só uma uma pergunta para trás, que é a do Sr. André Leite: "*Quais as vantagens de se realizarem pesquisas com Beagle?*"

Vou passar a palavra, então, para a Dra. Luciana, para que ela possa dirimir essa dúvida e já aproveitar e fazer as suas considerações finais, posterior a isso.

Passo, então, a palavra para o Dr. Luiz César e para quem mais desejar, apenas para as considerações finais. Faço esse pedido a todos os presentes para que nós possamos dar continuidade à agenda preestabelecida daquilo que nós denominamos Dia Mundial dos Animais na Câmara Federal. E já estamos atrasados.

Então, por favor, cada um que for fazer uso da palavra limite-se a 3 minutos, para que possamos encerrar os trabalhos nesta Comissão.

Com a palavra a Dra. Luciana... Dra. Luciana, enquanto isso, V.Sa. vai usando este outro microfone aqui, me desculpa.

A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO - Na verdade, eu não sei se eu liguei ou se eu desliguei.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:18

 **A SRA. LUCIANA BERTINI LEITÃO** - Eu gostaria de fazer apenas algumas considerações para as participantes Lucineide e Nayara.

Sem dúvida nenhuma, todos nós estamos aqui para refletir sobre a possibilidade de abolir o uso de animais e aprimorar a nossa legislação, para que ela mude, para refletir se é conveniente ou não e se a nossa Constituição recepciona essa mudança. Eu entendo que a nossa Constituição Federal, sim, pode recepcionar uma legislação para abolir o uso de animais. Mas a minha fala é no seguinte sentido: projetos de leis para incentivar incentivos fiscais àqueles laboratórios e a todas as iniciativas em que se usem métodos substitutivos também não podem ser esquecidos. Então, antes da abolição, existem outros caminhos — para não dizer alternativos.

Nós podemos fazer um paralelo aqui à questão do canudo. Eu ouvi queixas de pessoas da sociedade civil. Não houve um período para que a população se preparasse para, realmente, cumprir essa legislação. Simplesmente se determinou. "*A partir de tal data, cumpra-se*". E é justamente isto que eu acredito que esta Casa deve observar: uma vacância, projetos de lei que estimulem, que premiem iniciativas em que se substitua. Hoje, na literatura, facilmente nós conseguimos identificar, existem inúmeros métodos substitutivos. Então, pode ser, sim, uma alternativa de projeto de lei para premiar e incentivar essas alternativas, esses métodos substitutivos.

Essa é a minha resposta para as colegas que participaram. São as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Muito obrigado, Dra. Luciana.

O senhor gostaria de falar? (*Pausa.*)

Por favor, fale o nome antes, e, se estiver aqui representando alguma entidade, também a cite, por favor.

O SR. FERNANDO ZAQUE - Boa tarde a todos.

Meu nome é Fernando Zaque. Eu sou médico veterinário e assessor técnico do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Deputado, apesar de, de repente, a coisa ter virado — da ANVISA, passou para o Conselho Federal o papel de vilão e o responsável pelo grande crescimento da população de animais vítimas de maus-tratos e tudo mais —, eu queria, mais uma vez, corroborar a posição do Dr. Francisco de apoiar todos os projetos desta Casa que digam respeito ao bem-estar dos animais. No que diz respeito a métodos substitutivos, o conselho é parceiro.

Infelizmente, a gente é órgão fiscalizador e é cobrado, às vezes, por coisas que não são da nossa competência. O Ministério Público tem a sua competência; o conselho gostaria de fazer mais coisas, mas que fogem da sua alçada. Por exemplo: a gente não pode fechar escolas de medicina veterinária, que estão abrindo a torto e a direito pelo País, porque não é nossa competência, é do MEC. Quanto à questão de maus-tratos, embora o conselho tenha uma resolução que disciplina, ela disciplina o comportamento do médico veterinário

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:22

Competência do MEC.



Quanto à questão de maus-tratos, embora o Conselho tenha uma resolução que disciplina, ela disciplina o comportamento do médico veterinário e do zootecnista com relação a isso, mas o Conselho não tem a competência de prender quem abandona um animal ou quem o maltrata. Então, cada um dentro da sua competência. O que é Conselho reafirma é a posição de órgão de consulta de todas essas entidades. Se o Ministério Público tem uma dúvida que possa envolver o exercício da profissão do médico veterinário, nós somos parceiros para auxiliar. Do mesmo modo, quando a Câmara dos Deputados e o Senado têm alguma dúvida com respeito à legislação que possa impactar nessa causa, o Conselho é parceiro para atuar nessa questão. O Conselho funciona também como o tribunal de honra da medicina veterinária e da zootecnia. Ou seja, sempre que houver a suspeita de um desvio de conduta de qualquer profissional, que esta denúncia seja formalizada no sistema para que se apure. Da mesma maneira que o Judiciário apura, a conduta ética do profissional é apurada. E, para isso, foi criado, não só o Conselho de Medicina Veterinária, mas todos os conselhos que regulamentam a profissão. Como o senhor colocou, estamos aqui também para receber críticas, sabemos das falhas que temos, como todos os outros órgãos, mas a competência nessa questão da fiscalização de animais em pesquisa é do CONSEA. Fica aqui uma sugestão talvez para a próxima reunião: que se convide, para uma próxima oportunidade, o pessoal do CONSEA para fazer as suas considerações.

Então, só mais uma vez, reafirmo o compromisso do Conselho nessa causa animal também, que é muito importante para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Quero, mais uma vez, agradecer a presença de vocês, do Conselho. Eu acho que, nas discussões, no contraditório, aprimoramos. E uma coisa é indiscutível: pode haver aqui diferenças de opiniões, mas todos apontam para o mesmo caminho, que é o bem-estar animal.

Você trouxe aqui também a questão da qualidade do profissional e das instituições de ensino. Tendo estado lá no Conselho, em algumas reuniões com o presidente e com vocês, membros do Conselho, quero deixar registrada, nesta Comissão, a minha opinião e o meu esforço contrários à prática do ensino a distância para a área médica. Para mim, não pode haver profissional médico veterinário, fisioterapeuta, médico, enfermeiro e assim respectivamente, com ensino a distância. Quando tive a oportunidade de fazer a visita, eu ainda fiz aquela comparação: se minha mãe, minha esposa estiverem passando mal, queira Deus que isso não aconteça, eu jamais vou entregá-las a um profissional da área médica que tenha adquirido o seu diploma com ensino a distância. Se eu necessitar de um fisioterapeuta, se eu souber que o diploma dele é proveniente do ensino a distância, também não irei consultá-lo. A vivi, que eu já citei hoje, por várias vezes, minha amada cachorrinha e motivo de tristeza, quando estou distante dela aqui em Brasília, se ela está viva até hoje, mesmo sendo paciente...

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:26



Se ela está viva até hoje, mesmo sendo uma paciente, que tem leishmaniose, insuficiência renal crônica, por três vezes já sugeriram eutanásia, já teve uma infinidade de doença, é porque foi entregue nas mãos de profissionais competentes e qualificados e tem a madrinha médica veterinária, Flavinha. Sabe quando eu levaria minha vizinha para consultar com um médico veterinário que tenha se formado no ensino a distância? Nunca. Então, o que eu não desejo para a minha família, que aqui eu citei, eu não posso querer para qualquer um. Eu acho que tem que ser um esforço do Congresso Nacional. Aqui, já há projetos de lei. Já tive oportunidade, inclusive de conversar a respeito muito com o Deputado Orlando Silva, do PCdoB, que tem um projeto de lei que proíbe o ensino a distância para enfermagem para que nós possamos construir uma redação que contemple toda a área da saúde, porque é dever e obrigação nossa avançar, sob o risco de colocar em xeque a qualidade dos serviços prestados por todas essas áreas da saúde e representar um prejuízo significativo para os seres humanos e para os animais.

Portanto, aqui, deixo o meu manifesto de repúdio contra o ensino a distância para a área médica.

Com a palavra, finalmente, o Dr. Luiz Cesar Cavalcanti. E, já manifesto aqui se há alguém que ainda gostaria de fazer uso da palavra? Então, o senhor, posterior a isso, para as considerações finais, quem desejar dos componentes da mesa, e vamos, por favor, gente encerrar em mais 10 minutos para não prejudicar a nossa próxima agenda.

O SR. LUIZ CESAR CAVALCANTI PEREIRA DA SILVA - Na verdade, nas minhas considerações finais, eu queria só destacar que, embora a legislação que temos hoje, ela está longe de ser perfeita, é o que temos de melhor instrumento legal para a proteção desses animais. Também queria dizer que ao profissional médico veterinário que está à frente nas universidades e nos estudos de pesquisa, muitas vezes, é o que sobra a ele, é a que ele se agarra para conseguir que, de fato, algum procedimento ou algum experimento inadequado seja feito nos animais. Então, ele é super importante para esse profissional, ele é uma ferramenta, de fato.

Quero reiterar aqui que praticamente todos os veterinários que trabalham nessa área, que eu conheço, eles realmente se envolvem, sofrem, muitas vezes, por não conseguir melhorar o estado daqueles animais. A instituição funciona com uma força muito grande e o profissional sozinho, com a própria Flávia teve experiência, às vezes, uma andorinha mesmo não consegue fazer verão. Mas, em outros momentos, conseguimos, sim, modificar alguns procedimentos, barrar alguns experimentos inadequados, enfim existem as comissões de ética, concordo com ela... alguns procedimentos, alguns experimentos, barrar alguns experimentos inadequados. Enfim, existem CEUAs, concordo com ela, comissões de ética emparelhadas que são para validar, simplesmente para se ter um carimbo dizendo que o experimento pode ser conduzido, mas também existem comissões de ética que tem profissionais capacitados, que questionam, que recusam projetos.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:30

 Enquanto não conseguirmos abolir a experimentação animal, e eu espero que, um dia, isso seja, de fato, verdade no Brasil e no mundo, a ferramenta que nós temos hoje no Brasil é essa. Então, eu acho que nós temos que tentar usá-la da melhor maneira possível, usar as ferramentas de transparência, os canais de denúncia, o próprio conselho, que é um canal de denúncia do profissional médico-veterinário, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA, que é um canal de denúncia mais geral, para qualquer tipo de procedimento inadequado no ensino ou na pesquisa.



Enfim, eu queira só reiterar isso e destacar essa importância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Agradeço a sua participação mais uma vez.

Por favor, eu peço ao senhor que deseja fazer uso da palavra que diga qual é o seu nome e se está representando alguma instituição.

Aproveito para registrar a presença da Aline, que representa o Lar Vitória, aqui de Brasília. Na pessoa dela, quero reconhecer esses heróis das entidades que fazem o trabalho que deveria ser praticado pelo poder público. Mas, diante da ineficácia, incompetência e falta de políticas públicas para a área, vocês desenvolvem um meritório e relevante trabalho para os animais, para a sociedade.

O SR. WALLACE - Boa tarde a todos. Eu só queria ressaltar algumas propostas que já foram lançadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Espere só um minutinho. Como a reunião é oficial, por favor, diga o seu nome.

O SR. WALLACE - Meu nome é Wallace. Eu sou estudante de gestão de políticas públicas da Universidade de Brasília — UnB, faço parte da Frente de Ações pela Libertação Animal, uma ONG de Brasília, e também faço parte da Juventude da Rede Sustentabilidade.

Eu gostaria de trazer alguns encaminhamentos para os Deputados que estiveram aqui presentes. O primeiro é sobre o que o Deputado Izar trouxe, a proibição de testes em animais de ingredientes que já foram testados antes, porque, se existem testes que são importantes ainda para que se avance na saúde, como o Dr. Luiz Cesar apontou, também existem testes que já são inúteis, que não são mais necessários. Seria importante uma legislação que pudesse regulamentar isso.

O segundo é que, se nós estamos falando de uma mudança de paradigma sobre teste em animais, nós podemos falar de algo mais prático. Existem alguns fundos para o meio ambiente que já são feitos pelos Estados, pela União, pelos Municípios. Eu acho que seria uma boa ideia se houvesse algum tipo de fundo alimentado pela taxa de testes feitos em animais pela indústria privada e que esse fundo financiasse pesquisas para métodos substitutivos. Eu acho que isso seria uma ótima ideia e quebraria um paradigma, ao dizer que, sim, esses testes são horríveis hoje, mas que nós estamos usando esses testes para alimentar uma mudança no futuro.

O terceiro, e último, é que eu estava olhando agora a composição do a gente está usando esses testes pelo menos para alimentar uma mudança no futuro.

Horário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

16:34

 E o terceiro e último: eu estava olhando agora a composição da CEUA — Comissão de Ética no Uso de Animais da UnB e eu não achei no *site* nenhum representante de uma entidade de proteção animal.  Todos eram docentes e pessoas da organização da UnB, mas nenhum era de entidade de proteção. Eu vou até entrar em contato com a UnB para perguntar sobre essa situação.

O Deputado ressaltou, ou alguém aqui ressaltou, a falta de equiparação desses conselhos. Se existe um problema de representatividade — e eu olhei o Conselho da UnB, em que há uma quantidade muito grande de docentes, uma quantidade muito grande de pessoas e nenhuma de entidade de proteção animal —, que pudesse ser feito um ajuste na legislação atual para que existisse uma equiparação de, pelo menos, um quarto da composição feita por uma entidade de proteção animal. Porque se está sendo feita uma comissão para proteção animal, eu acredito que eles são as pessoas que estão mais ligadas a esta causa, apesar de os outros terem uma capacidade técnica que também é relevante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Desculpe-me, qual é o seu nome? *(Pausa.)*
(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Perdão, quando o meu microfone está ligado, ninguém mais fala — pouco democrático. *(Risos.)*

O SR. WALLACE - Um pouco autoritário. *(Risos.)* Meu nome é Wallace, como eu disse no início.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Wallace, eu quero parabenizar você. Você está fechando com chave de ouro! Foram três colocações que eu considero extremamente pertinentes e duas para as quais eu acho perfeitamente possível fazer o encaminhamento a partir desta Comissão.

A primeira é com relação ao conselho e à sua proporcionalidade completamente não condizente com uma representação plural. Então, eu peço aqui para os membros da Comissão e para a minha equipe: por favor, façam um requerimento perguntando para a UnB como é essa composição, sugerindo que possa haver representantes de entidades de defesa e proteção dos animais. Eu acho extremamente pertinente a sua colocação.

A segunda é com relação à possibilidade de reversão do recurso em prol do desenvolvimento de técnicas alternativas. A Flávia, que está aqui presente, logo que eu tomei posse, numa das reuniões que nós tivemos no meu escritório em Belo Horizonte, ela chamou a atenção para dois projetos de lei que tramitam nesta Casa por um mesmo caminho.

Nós, cidadãos, podemos dirigir parte do nosso Imposto de Renda para entidades filantrópicas. Existe Lei de Incentivo à Cultura, existe Lei de Incentivo ao Esporte — eu não estou contestando nem tirando o mérito nem a necessidade de cada uma dessas políticas públicas —, mas ela chamava a atenção para a existência de uma lei permitindo que o cidadão pudesse indicar parte do seu Imposto de Renda para entidades que defendam e protejam os animais.

E, nesse sentido, nós estamos fazendo agora, inclusive eu pedi a relatoria, eu estou fazendo o parecer para fazer tramitar essa proposta. No mesmo sentido — e aí também vou pedir para a minha assessoria Para fazer tramitar essa proposta.

16:38

No mesmo sentido, também peço à minha assessoria que apresente projeto de lei com base no que se propôs. Eu sou radicalmente contra a utilização dos animais em experimentos de qualquer

Hrário**(O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)**

natureza. A minha posição pode ser radical para alguns, mas é a minha convicção. Se existem métodos alternativos, não tem sentido utilizá-los.

Peço que estudem a legislação, com base no que nós escutamos nesta tarde mas também em estudo mais aprofundado, se houver. Nós sabemos que, em nosso País, há essa prática de teste. Que essa mesma indústria possa reverter parte do que aufere para as políticas públicas de defesa e proteção dos animais ou para o desenvolvimento de técnicas alternativas.

Peço que façam esse estudo e possam oportunamente apresentar o projeto de lei.

Parabenizo V.Sa. por suas observações.

Eu indago se há mais alguém que gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Registro a presença do Deputado Carlos Gomes, do PRB do Rio Grande do Sul. Este Deputado também compõe a Comissão de Meio Ambiente, assim como alguns que citei desde nosso primeiro compromisso, nesta terça-feira, que tenha contribuído na nossa luta, no nosso trabalho de defesa e proteção dos animais.

Alguém mais gostaria de se manifestar? Então, por favor, faça-o de forma mais objetiva e rápida possível.

O SR. RENATO BRITO - Boa tarde a todos. Meu nome é Renato Brito. Eu sou professor no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - V.Sa. vai me perdoar, mas sua fala ficará extremamente prejudicada, porque eu não tenho nenhuma falta, nenhuma ausência no meu mandato, nunca deixei de votar nenhuma vez em plenário e acabou de abrir a votação.

V.Sa. me perdoe, mas eu vou continuar fiel ao meu compromisso. Eu tenho 100% de presença nas sessões e nas votações.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Não tem jeito. Aí eu perco.

O SR. RENATO BRITO - Nós estamos fazendo um trabalho no Rio Grande do Sul fortíssimo. Eu sou o coordenador da Biologia naquele Instituto. Eu acredito que o trabalho que nós estamos fazendo em defesa dos animais na educação, eu considero que vai chegar o dia em que se todos os professores trabalharem dessa forma, nós não vamos ter de fazer esse tipo de audiência aqui.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fred Costa. PATRIOTA - MG) - Professor, perdoe-me realmente. Os educadores são pilar básico para a sociedade e também para a defesa e a proteção dos animais, os educadores. É necessário a valorização do trabalho de V.Sas. e também cada vez mais haver o investimento em educação.

Peço perdão, perdão, perdão. Gente ,eu não vou citar mais todos os presentes, mas agradeço a presença de todos, todos, todos.

Vou correr, registrar, no plenário. Encontro com V.Sas. em 5 minutos na porta do gabinete do Deputado Rodrigo Maia.

Perdoa-me, dá licença, grande abraço. Agradeço a presença de todos os convidados, os Parlamentares e os demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Horário (O texto a seguir, após revisado, integrará o processado da reunião.)

Declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde para todos.

16:42

Agradeço a presença de todos os convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.



Declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde para todos.

Um grande abraço.

Gente, perdoa-me, eu não vou me despedir das pessoas e nem lhes agradecer pessoalmente.